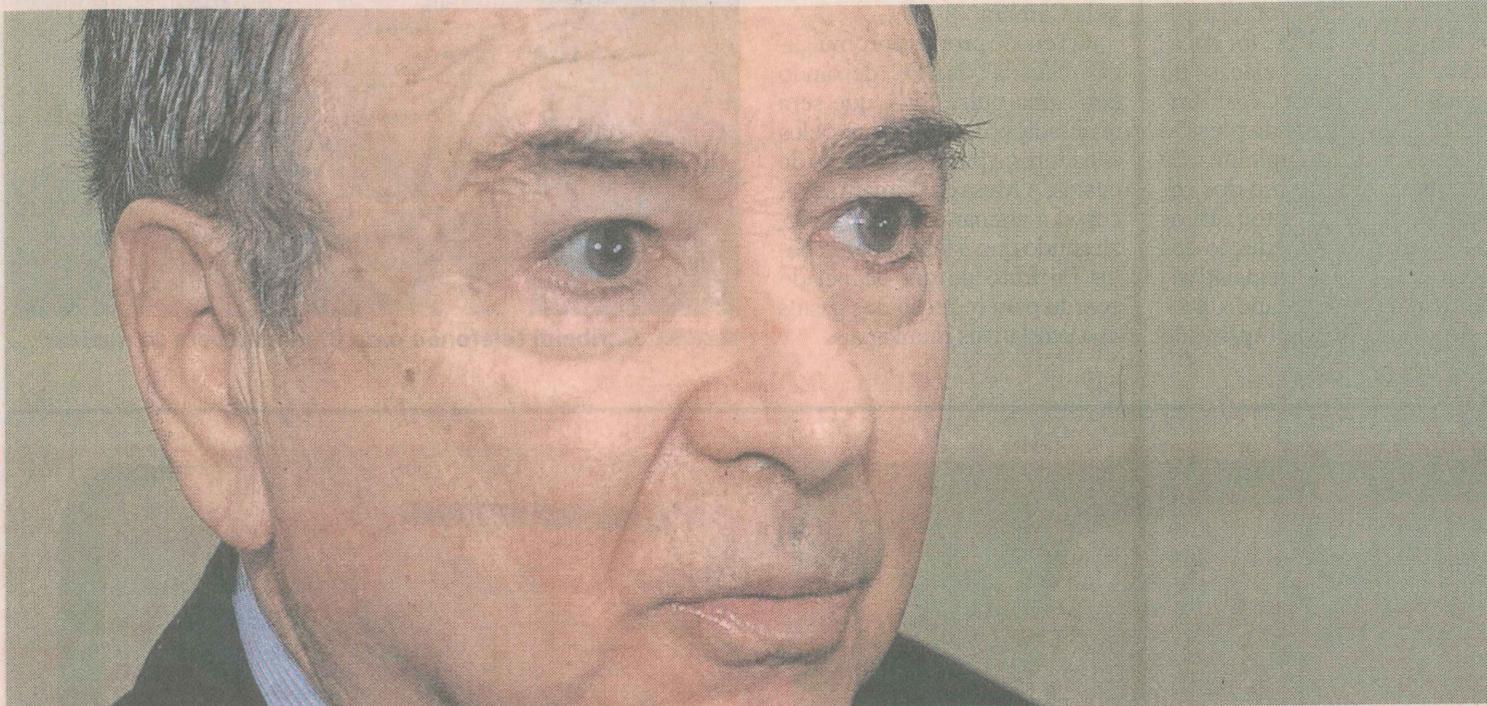


**Caso.** Justiça viu irregularidade em empréstimo do Banestes

# Ignácio condenado a cinco anos de prisão

RICARDO MEDEIROS



**DEMORA.** Dez anos depois de empréstimo irregular, ex-governador é sentenciado na primeira instância da Justiça

**Ex-governador, entretanto, ainda poderá recorrer da decisão da Justiça em liberdade**

**ISABELA BESSA**

■ O ex-governador José Ignácio Ferreira foi condenado pela Justiça Federal a cinco anos de prisão em regime semi-aberto e ao pagamento de multa de 180 salários mínimos (R\$ 74,7 mil) por crime contra o sistema financeiro, segundo informou a assessoria do Ministério Público Federal (MPF). De acordo com os dados, em 1998, candidato ao governo, José Ignácio tomou um empréstimo de R\$ 2,6 milhões do Banestes, sem apresentar garantias. A decisão foi proferida pelo juiz Pablo Coelho Charles Gomes, da 1ª Vara Federal de Vitória, em ação penal proposta pelo MPF. José Ignácio poderá recorrer em liberdade.

O MPF denunciou José Ignácio e seu cunhado Gentil Ruy por terem aberto uma conta de campanha no Banestes e terem descontado cheques sem garantias, o que gerou saldo negativo de R\$ 2,69 milhões. No dia anterior ao fim do prazo de prestação de contas da campanha, em 31 de outubro de 1998, o ex-governador tomou um empréstimo e sacou a mesma quantia para "regularizar" o débito da campanha. A transação teve o aval do então presidente financeiro do Banestes, Deosdete José Lourenção, que aceitou uma nota de crédito avalizada pela mulher de Ignácio, Maria Helena Ferreira.

Gentil Ruy e Lourenção também foram condenados. Por participar do crime de gestão temerária, Gentil Ruy recebeu três anos e seis meses de reclusão, pena substituída pelo pagamento de 63 salários (R\$ 26,1 mil) ao longo de três anos e seis meses para uma entidade beneficente,

**A soma dos saques**

**R\$ 2,69 milhões**

**Foi o montante retirado do Banestes por José Ignácio para cobrir gastos da campanha para governador do Estado, em 1998.**

além de multa e prestação de serviços comunitários.

Por ter autorizado as movimentações financeiras sem garantias e infringir normas bancárias, Lourenção foi apenado em dois anos de reclusão, que serão cumpridos por meio do pagamento de dois salários mínimos por mês (R\$ 830) durante dois anos a uma instituição beneficente, mais multa de dez salários mínimos (R\$ 4,1 mil).

**EMPRÉSTIMO**

Para o MPF, a atuação de Deosdete ao permitir o empréstimo resultou em "gestão imprudente e arriscada". De acordo com a denúncia, o empréstimo a José Ignácio só se efetivou por ele ter sido confirmado eleito, uma vez que já havia um débito no mesmo valor em seu nome. Essa nova dívida do empréstimo teria paga com créditos do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), num desvio de finalidade.

Apesar dessas condenações, o MPF já apresentou recurso solicitando a aplicação de pena aos demais réus na ação penal. Ainda foram denunciados Sebastião Bussular Junior, Leide Maria Severnini Fassarella, Juracy Spagnol, Carlos Ernesto de Campos, Carlos Ernesto de Campos Junior, André Iasi, Hilário Maximiano Gurjão Sobrinho e Osmair Bernardino.

**A causa da condenação**

■ **Saque.** Em outubro de 1998, o então senador José Ignácio Ferreira fez um saque sem ter na conta o saldo necessário ("saque a descoberto") no Banestes, numa conta aberta em seu nome, em conjunto com seu cunhado, Gentil Antônio Ruy - na agência central do banco.

■ **Eleição.** Ignácio tinha disputado o governo estadual nas eleições daquele ano.

■ **Campanha.** A conta oficial da campanha do governador chegou a acumular débito de R\$ 3,7 milhões. O valor do empréstimo foi usado para saldar dívidas contraídas durante a eleição.

■ **Pagamento.** O empréstimo foi quitado no dia 30 de dezembro de 1998, antevéspera da posse de José Ignácio, eleito governador. Na ocasião, José Ignácio já havia entregue sua prestação de contas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

■ **Repasse.** Duas empresas fizeram o pagamento: HMG Engenharia Ltda., que contribuiu com R\$ 1,55 milhão, e a Construtora CEC Ltda., com R\$ 1,3 milhão. As duas também obtiveram empréstimo no Banestes para fazer a doação para o governador.

■ **Origem.** Sediadas em São Paulo, as empresas tinham negócios no Espírito Santo. Após quitarem os débitos de Ignácio, mediante outro empréstimo no próprio Banestes, as firmas liquidaram as dívidas com o banco.

■ **Denúncia.** Uma apuração do Banco Central aberta para investigar o caso constatou que a operação foi "fora dos padrões da boa técnica bancária" e "colocou em risco o patrimônio dos acionistas". O relatório foi enviado ao Ministério Público Federal, que também investigou o caso e, posteriormente, apresentou denúncia contra Ignácio e os demais envolvidos.

**Balanço no STF**

**Mendes comemora redução de processos**

**Total de processos distribuídos aos ministros caiu 41,7% na comparação com 2008**

BRASÍLIA

■ Depois de um ano marcado por polêmicas com a cúpula da Polícia Federal, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, disse ontem que a ação da Corte e suas declarações serviram para a redução das ações espetaculares e midiáticas da PF. Gilmar, no entanto, preferiu celebrar as estatísticas do STF que comprovam que a Reforma do Judiciário, de 2003, deu certo.

Em um ano, o número de processos distribuídos aos ministros caiu 41,7% na comparação com 2007. Com essa queda, o número de processos no estoque do Supremo também diminuiu: de 129 mil para 109 mil.

A principal razão é a chamada repercussão geral, uma espécie de filtro criado pela reforma para que os ministros priorizem temas considerados relevantes e barrem a chegada de ações que tratem de temas que poderiam ser solucionados nas instâncias inferiores.

"Está havendo uma redução significativa do número de processos que chegam à Corte", disse. No ano passado, os dez ministros do STF - o presidente não recebe processos durante o mandato - recebiam 904 novos processos por mês. Neste ano, o número caiu para 547.

"Há redução de processos sem redução da efetividade do STF na prestação jurisdicional", afirmou. Outro instrumento criado pela reforma deve ajudar, nos próximos anos, a reduzir o número de processos.

# Gentil Ruy também é condenado

**Ex-secretário de José Ignácio está entre os que terão de devolver R\$ 5 milhões por desvio de verbas**

■ A Justiça Estadual condenou por peculato e falsidade ideológica Gentil Antonio Ruy, ex-secretário de governo de José Ignácio Ferreira, três servidores estaduais e dois funcionários da Coopetefes – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais do Espírito Santo – em desvio de R\$ 5 milhões de verbas da Se-

cretaria da Educação (Sedu) ocorrido em 2000.

A decisão, publicada ontem no Diário da Justiça, foi proferida pela juíza Cláudia Vieira de Oliveira Araújo, da 8ª Vara Criminal de Vitória.

Além das penas em regime semi-aberto, os réus foram condenados a restituir o valor desviado da Sedu, “cujo pagamento deverá ser rateado entre todos os acusados”, de acordo com a decisão.

Segundo a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), o então subsecretário da Educação, Paulo Stefenoni; o supervisor financeiro, Antônio Ser-

gio Rabello; e o chefe do Grupo Financeiro Setorial, Cassyus de Souza Sesse, encaminharam à Secretaria da Fazenda um ofício falsificado no dia 21 de dezembro de 2000, no qual solicitaram a abertura de uma conta da Sedu na Coopetefes, ignorando o fato de a cooperativa não ser uma instituição oficial.

No dia seguinte, os três autorizaram a transferência de R\$ 5 milhões da conta da Sedu no Banco do Brasil para a Coopetefes, para impedir a falência da cooperativa, em virtude do não pagamento de empréstimo “milionário” e sem garantias feito a Raimundo Be-

nedito de Souza para financiar a campanha do ex-governador José Ignácio. As transações teriam sido articulada por Gentil Ruy, também cunhado do ex-governador, apontado na sentença como o “autor intelectual do esquema”.

Esse tipo de abertura e transferência de verbas, segundo a decisão, só poderia ter sido realizada pelo titular da pasta da Educação. O representante do Ministério Público Estadual (MPES) que atuou no caso chegou a pedir a absolvição dos acusados com relação à apropriação da verba pública. O então diretor-presidente da Coopetefes, Gabriel dos Anjos de Jesus, e o funcionário da cooperativa, Marcelo Gabriel de Almeida também foram condenados.

As penas estabelecidas em regime semi-aberto foram: sete anos e 10 meses de prisão para Paulo Stefenoni, Gentil Antonio Ruy, Antonio Sérgio Rabello e Cassyus de Souza Sesse; e quatro anos e seis meses de prisão para Gabriel dos Anjos e Marcelo Gabriel. Pela decisão, os acusados poderão recorrer em liberdade.

## O outro lado

### IGNÁCIO NEGA ATO IRREGULAR

■ O ex-governador José Ignácio diz que recebeu com surpresa a decisão, e informou que recorrerá ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região contra a decisão. Segundo ele, não houve gestão temerária na aquisição do empréstimo junto ao Banestes porque a dívida, adquirida em 30 de outubro de 1998, foi totalmente paga no mês de dezembro daquele ano, inclusive com juros. “Gestão temerária é quando a instituição financeira faz uma operação que pode criar situação de risco. Nesse caso, não houve prejuízo. O banco teve lucro. Além disso, embora eu tivesse sido eleito governador, não estava empossado. Tinha o direito de adquirir o empréstimo.” Ele nega ter havido saque a descoberto, e explica que abriu uma conta para conseguir o empréstimo, apresentou um rol de seus bens e assinou uma nota promissória.

## Alencar é internado com crise renal

**Vice-presidente se submeteu a exames especiais por conta de insuficiência renal**

SÃO PAULO

■ O vice-presidente José Alencar foi novamente internado na noite de quinta-feira (18) no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. Segundo boletim médico divulgado ontem, ele se submeteu a exames especiais por conta de insuficiência renal detectada em atendimento médico realizado em Brasília.

De acordo com a assessoria de Alencar, o problema diagnosticado não tem nenhuma relação com o câncer que ele vem enfrentando nos últimos anos. “O paciente está sob tratamento e seu estado clínico evoluiu de forma satisfatória”, informou o boletim do Sírio-Libanês divulgado à tarde.